

## A SEMANA – 217\*

26 de julho de 1896

Apaguemos a lanterna de Diógenes; achei um homem.<sup>1</sup> Não é príncipe, nem eclesiástico, nem filósofo, não pintou uma grande tela, não escreveu um belo livro, não descobriu nenhuma lei científica. Também não fundou a efêmera república do Loreto, e conseqüentemente não fugiu com a caixa, como disse o telégrafo acerca de um dos rebeldes,<sup>2</sup> logo que a província se submeteu às autoridades legais do Peru.<sup>3</sup> O ato da rebeldia não foi sequer heroico, e a levada da

---

\* Esta edição foi preparada a partir da consulta às seguintes fontes: GN (ano XXII, n. 207, p. 1, 26 jul. 1896), SEMMA (p. 333-338) e SEM1953 (v. 3, p. 232-239). Texto-base: GN. Editor: Gilson Santos. Revisor: José Américo Miranda.

<sup>1</sup> Diógenes de Sínope (413-323 a.C.), fundador da escola cínica, andava pelas ruas de Atenas durante o dia com uma lanterna acesa, dizendo – “Procuro um homem!” (LAËRTIOS, 2008, p. 162) Por essa atitude anedótica indicaria que procurava um homem que, segundo os princípios de sua “difícil” filosofia, tivesse superado a necessidade de agir segundo convenções sociais da época.

<sup>2</sup> Não localizamos este telegrama.

<sup>3</sup> No *Jornal do Commercio* (ano 75, n. 148, p. 1, col. 9, 27 maio 1896) lê-se que duas províncias peruanas cisandinas se rebelaram e declararam independência sob o nome de *República de Loreto*. Essa questão dizia respeito ao Brasil, como se lê do editorial “O PERU CISANDINO”, de *O Paiz* (ano XII, 4254, p. 1, col. 5, 26 maio 1896), que analisou a tentativa de independência de Loreto: “A separação e independência do Peru cisandino era um fato previsto e determinado pelo abandono em que tem permanecido, distanciado da ação do governo e entre as paixões e interesses da sua população vária, ambiciosa e desprendida dos laços de solidariedade nacional e patriotismo. Além disso, por sua situação geográfica e diversidade de clima, ele está naturalmente separado do resto do país e a sua população, pela identidade de interesses, costumes e estreitamento de relações mercantis, se tem aproximado dos seus vizinhos da Amazônia, de que aquela região é parte integrante. / [...] / O Peru cisandino estava em condições que não podiam deixar de interessar profundamente ao comércio e aos interesses fiscais da União e do Estado do Amazonas. É de notoriedade o contrabando em grande escala exercido nas margens do rio Javari; todos sabem que a maior parte da borracha produzida nesse rio riquíssimo e na margem brasileira é transportada para a costa fronteira e de lá exportada como peruana e, assim, imune de impostos. Também é sabido que mercadorias importadas da Europa e Estados Unidos da América para Iquitos, daí são devolvidas ao território brasileiro e conseguem assim escapar às alfândegas de Belém e Manaus. E dessa forma, em consequência da má administração do departamento vizinho, são enormemente prejudicados interesses do comércio e do fisco, que não têm meios de se garantir contra a fraude favorecida pela extensão do território e multiplicidade dos rios que o cortam. / A proclamação do Estado do Loreto, pois, é fato que interessa profundamente ao Brasil e constitui para a nossa diplomacia um problema de difícil solução, porque estamos presos pelas imposições da neutralidade e talvez nos vejamos forçados a intervir para garantir os nossos interesses comprometidos na fronteira amazônica e, assim, alterar consideravelmente as ideias do programa político do ilustre ministro do interior. / A gravidade do caso é aumentada pela circunstância de ser brasileira grande parte da população do território revoltado.”

caixa não tem merecimento, é a simples necessidade de um viático. O pão do exílio é amargo e duro; força é barrá-lo<sup>4</sup> com manteiga.

Não, o homem que achei, não é nada disso. É um barbeiro, mas tal barbeiro que, sendo barbeiro, não é exatamente barbeiro. Perdoai esta logomaquia; o estilo ressentiu-se da exaltação da minha alma. Achei um homem. Se aquele cínico Diógenes pode ouvir<sup>5</sup> do lugar onde está, as vozes cá de cima,<sup>6</sup> deve cobrir-se de vergonha e tristeza; achei um homem. E importa notar que não andei atrás dele. Estava em casa muito sossegado, com os olhos nos jornais e o pensamento nas estrelas, quando um pequenino anúncio me deu rebate ao pensamento, e este desceu mais rápido que o raio até o papel. Então li isto: “Vende-se uma casa de barbeiro fora da cidade, o ponto é bom e o capital diminuto; o dono vende por não entender...”<sup>7</sup>

Eis aí o homem. Não lhe ponho o nome, por não vir no anúncio, mas a própria falta dele faz crescer a pessoa. O ato sobra. Essa nobre confissão de ignorância é um modelo único de lealdade, de veracidade, de humanidade. Não penseis que vendo a loja (parece dizer naquelas poucas palavras do anúncio) por estar rico, para ir passear à Europa, ou por qualquer outro motivo que *à vista se dirá*, como é uso escrever em convites destes. Não, senhor; vendo a minha loja de barbeiro por não entender do ofício. Parecia-me fácil, a princípio: sabão, uma navalha, uma cara, cuidei que não era preciso mais escola que o uso, e foi a minha ilusão, a minha grande ilusão. Vivi nela barbeando os homens. Pela sua parte, os homens vieram vindo, ajudando o meu erro; entravam mansos e saíam pacíficos. Agora, porém, reconheço que não sou absolutamente barbeiro, e a vista do sangue que derramei, faz-me enfim recuar. Basta, Carvalho (este nome é necessário à prosopopeia), basta, Carvalho! É tempo de abandonar o que não sabes. Que outros mais capazes tomem a tua freguesia...

A grandeza deste homem (escusado é dizê-lo) está em ser único. Se outros barbeiros vendessem as lojas por falta de vocação, o merecimento seria pouco ou nenhum. Assim os dentistas. Assim os farmacêuticos. Assim toda a casta de oficiais deste mundo, que preferem ir cavando as caras, as bocas e as covas, a vir dizer chãmente que não entendem do ofício. Esse ato seria a retificação da sociedade. Um mau barbeiro pode dar um bom guarda-livros, um excelente piloto, um banqueiro, um magistrado, um químico, um teólogo. Cada homem seria assim devolvido ao lugar próprio e determinado. Nem por sombras ligo esta retificação dos empregos ao fato do

<sup>4</sup> barrá-lo] borrá-lo – em GN. Acatamos a lição de Aurélio Buarque de Holanda, que já vinha em Mário de Alencar.  
<sup>5</sup> ouvir] ouvir, – em SEM1953.

<sup>6</sup> Na concepção do mundo antigo, o reino dos mortos (tantos dos bons como dos maus) era subterrâneo.

<sup>7</sup> O anúncio de venda da barbearia – sem o nome do vendedor – pode ser lido no *Jornal do Commercio*, ano 75, n. 198, p. 11, col. 7, 16 jul. 1896. Veja-se o texto do anúncio: “VENDE-SE uma casa de barbeiro fora da Capital, o dono vende por não entender, o ponto é bom e o capital diminuto; trata-se na rua do Catete n. 236, hotel.” Observe-se a mudança na ordem das informações do anúncio feita pelo cronista.

envenenamento<sup>8</sup> das duas crianças pelo remédio dado na Santa Casa de Misericórdia. Um engano não prova nada; e se alguns farmacêuticos, autores de iguais trocas, têm continuado a lutuosa faina, não há razão para que a Santa Casa entregue a outras pessoas a distribuição dos seus medicamentos, tanto mais que pessoas atuais os não preparam, e, no caso ocorrente, o preparado estava certo: a culpa foi das duas mães.<sup>9</sup> A queixa dada pela mãe da defunta terá o destino desta, menos as pobres flores que Olívia houver arranjado para a sepultura da vítima. Também há céu para as queixas e para os inquéritos. O esquecimento público é o responso contínuo que pede o eterno descanso para todas as folhas de papel despendidas com tais atos.

Sobre isto de inquéritos, perdi uma ilusão. Não era grande; mas as ilusões, ainda pequenas, dão outra cor a este mundo. Cuidava eu que os inquéritos eram sempre feitos, como está escrito, pelo próprio magistrado; mas ouvi que alguns escrivães (poucos) é que os fazem e redigem, supondo presente a pessoa que falta, como no *whist*<sup>10</sup> se joga com um morto. Creio que é por economia de tempo, e tempo é dinheiro, dizem os americanos. O maior mal desse ato é não ser verídico, não o ser ilegal ou irregular. Se as dores humanas se esquecem, como se não hão de esquecer as leis? E dado seja simples praxe, as praxes alteram-se. O maior mal, digo eu, é não ser verídico, posto que aí mesmo se possa dizer que a verdade aparece muita vez envolta na ficção, e deve ser mais bela. As *Décadas* não competem com os *Lusíadas*.<sup>11</sup>

O ideal da praxe é a cabeleira do *speaker*. Os ingleses mudarão a face da terra, antes que a cabeça do presidente da câmara. Este há de estar ali com a eterna cabeleira branca e longa, até meia-noite, e agora até mais tarde, se é exato o telegrama desta semana, noticiando haver a câmara dos comuns resolvido levar as sessões além daquele limite.<sup>12</sup> Não é que o não tenha feito muitas vezes; basta um exemplo célebre. Quando Gladstone deitou abaixo Disraeli, em 1852, acabou o seu discurso ao amanhecer, – um triste e frio amanhecer de inverno, que arrancou ao ministro caído esta palavra

<sup>8</sup> ao fato do envenenamento] ao ao fato envenenamento – em GN.

<sup>9</sup> O cronista menciona o envenenamento de duas crianças por efeito de medicamento administrado por suas mães, o que sugere tratar-se de dois casos distintos. Consultando os jornais da semana, porém, localizamos apenas um caso de envenenamento de duas crianças – irmãos. Olívia do Carmo, mãe de duas crianças – Antônio, de três meses de idade; e Manuel, de 1 ano e 6 meses –, ministrou a cada um de seus filhos uma dose do remédio obtido na Santa Casa de Misericórdia, onde consultou um médico. Logo após a aplicação do medicamento, as crianças manifestaram reações adversas: Antônio faleceu em pouco tempo; Manuel foi atendido por um médico e foi salvo. (*Gazeta de Notícias*, ano XXII, n. 205, p. 1, col. 8, 24 jul. 1896.) Teria havido confusão por parte de Machado de Assis? É provável, porque logo adiante ele se refere à “defunta”, ao passo que os filhos de Olívia – nome indicado corretamente – eram meninos.

<sup>10</sup> *whist*] uíste – em SEM1953.

<sup>11</sup> As *Décadas* eram crônicas históricas, portanto, verídicas, que tratavam do mesmo assunto de *Os Lusíadas*.

<sup>12</sup> *Gazeta de Notícias* (ano XXII, n. 203, p. 1, col. 1, 22 jul. 1896): “Na câmara dos comuns foi adotada uma moção do sr. Balfour pedindo suspensão do regulamento interior que fixa a meia-noite o limite de tempo das sessões diárias.”

igualmente fria: “Ruim dia para ir a Osborne!”<sup>13</sup> Agora vai ser sempre assim, tenham ou não os ministros de ir a Osborne pedir demissão. E o presidente firme, com a eterna cabeleira metida pela cabeça abaixo. Sim, eu gosto da tradição; mas há tradições que aborrecem, por inúteis e cansativas. De resto, cada povo tem as suas qualidades próprias, e a diferença delas é que faz a harmonia do mundo. Desculpai o *truísmo*<sup>14</sup> e o neologismo.<sup>15</sup>

Mas eu que falo humilde, baixo e rudo, devia lembrar-me, a propósito de inquéritos, que a clareza do estilo é uma das formas da veracidade do escritor. Parece-me ter falado um tanto obscuramente na *semana* passada acerca das prédicas do padre Júlio Maria em Porto Alegre. Alguns amigos supuseram ver uma crítica ao padre naquilo que era apenas uma alusão às palmas na igreja, e ainda assim por causa de meu ouvido, que já está bom, dou-lhes esta notícia. Que culpa tem o padre de ser eloquente? Ainda agora acabo de ler o discurso que ele proferiu na Santa Casa, em Juiz de Fora, a 5 de janeiro deste ano.<sup>16</sup> O assunto era velho: a caridade. Mas o talento está em fazer de assuntos velhos assuntos novos, – ou pelas ideias ou pela forma, e o padre Júlio Maria alcançou este fim por ambos os processos. Também ali foi aplaudido. Em verdade, se ele profere os discursos como os escreve, é natural que os próprios ouvintes de Porto Alegre se sentissem arrebatados e esquecessem o templo pela palavra que o enchia. Um ouvido curado faz justiça a todos.

E já que falo em palmas, convido-vos a enviá-las ao Congresso de S. Paulo, que votou ou está votando a estátua do padre Anchieta.<sup>17</sup> Ó padre Anchieta, ó santo e grande homem, o novo mundo não esqueceu o teu apostolado. Aí vais ser esculpido em forma que lembre a cultos e incultos o que foste e o que fizeste nesta parte da terra. Os paulistas bem merecem da história. Não é só a piedade que lhes agradecerá; também a justiça reconhecerá esse ato justo. Tão alta e doce figura, como a do padre Anchieta, não podia ficar nas velhas crônicas, nem unicamente nos belos versos de Varela.<sup>18</sup> Mais palmas a S. Paulo, que acaba de votar o subsídio e a pensão a Carlos Gomes e seus

<sup>13</sup> Não localizamos a fonte da citação. William Ewart Gladstone (1809-1898), estadista britânico e político liberal – por quatro vezes foi primeiro-ministro do Reino Unido. Benjamin Disraeli (1804-1881), escritor e político conservador – por duas vezes foi primeiro-ministro. Osborne [House] era a residência real localizada em East Cowes. O primeiro-ministro devia ir a Osborne ao iniciar o mandato e ao deixar o cargo.

<sup>14</sup> *truísmo*] truísmo – em SEM1953.

<sup>15</sup> O neologismo, neste caso, é a própria palavra *truísmo*, vocábulo inglês (*truism*) incorporado ao português no século XX (HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S., 2001. Verbete: *truísmo*).

<sup>16</sup> Não localizamos o mencionado discurso do padre Júlio Maria.

<sup>17</sup> A notícia pode ser lida na *Gazeta de Notícias* (ano XXII, n. 199, p. 1, col. 2, 18 jul. 1896).

<sup>18</sup> Fagundes Varela (17 ago. 1841 – 18 fev. 1875) escreveu o poema *Anchieta ou o evangelho nas selvas*, publicado em agosto de 1875. Trata-se, portanto, de publicação póstuma. Machado de Assis elogia o poema em carta a A. J. Tomás Porciúncula (1854-1901) publicada em 20 de agosto de 1875 no periódico *A Crença*. Diz o escritor: “O *Evangelho nas selvas* será certamente a obra capital de Varela; virá colocar-se entre outros filhos da mesma família, o *Uraguai* e os *Timbiras*, entre os *Tamoios* e o *Caramuru*.” (ASSIS, 2013, p. 448)

filhos.<sup>19</sup> Salvador de Mendonça, um dos que saudaram a aurora do nosso maestro (há quantos anos!),<sup>20</sup> mandou no *serum* dos cancerosos de New York uma esperança de cura para o autor do *Guarani*.<sup>21</sup> Oxalá o encaminhe à vida, como o encaminhou à glória. E pois que trato de música, palmas ainda uma vez ao nosso austero hóspede Moreira de Sá, que teve a sua festa há quatro dias.<sup>22</sup> A crítica disse o que devia do artista, a imprensa tem dito o que vale o homem. Eu subscrevo tudo, tão viva trago comigo a sensação que me deu o seu violino mestre e mágico.

Enfim, e porque tudo acaba na morte, uma lágrima por aquele que se chamou Dr. Rocha Lima.<sup>23</sup> Não sei se lágrima; quando se padece tanto e tão longamente, a morte é liberdade, e a liberdade, qualquer que seja a sua espécie, é o sonho de todos os cativos. Rocha Lima deve ter sonhado, durante a agonia de tantos meses, com este desencadeamento que lhe tirou um triste suplício inútil.



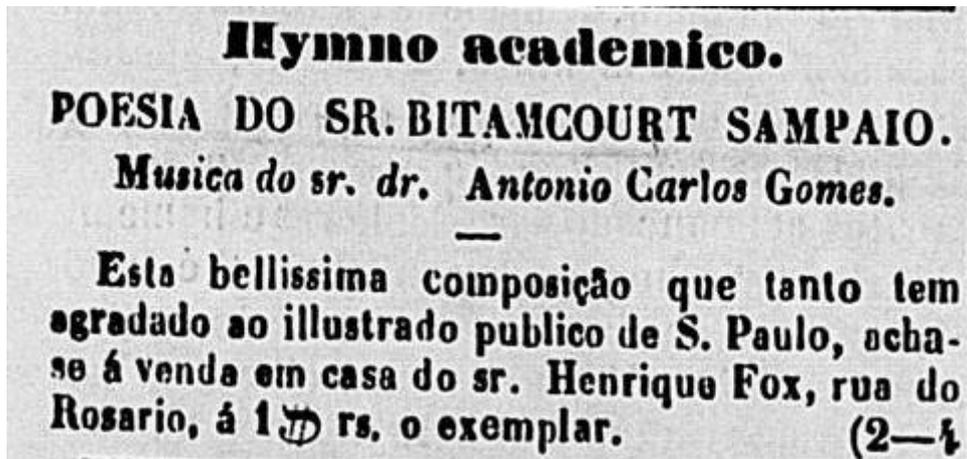
<sup>19</sup> A notícia pode ser lida na *Gazeta de Notícias* (ano XXII, n. 205, p. 1, col. 2, 24 jul. 1896).

<sup>20</sup> Salvador de Mendonça, então acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo, estimulou Carlos Gomes a transferir-se para o Rio de Janeiro e dar continuidade à carreira musical, conforme palavras suas, citadas por Carlos Pentead de Rezende (1959, p. 280-281), no artigo intitulado “História do Hino Acadêmico” (composição de Carlos Gomes): “Reuniu-se o cenáculo e votou que Carlos Gomes seguisse para o Rio a estudar no Conservatório de Música. [...] Entre várias cartas de recomendação que gente tão luzida podia fornecer, três foram as que mais lhe aproveitaram. Macedo Soares obteve uma carta de apresentação para a Sra. Condessa de Barral, escrita por Tell Ferrão [...]. Eu [Salvador de Mendonça] dei-lhe outra para o meu conterrâneo Dr. Joaquim Manuel de Macedo. Francisco Azarias recomendou-o a um comerciante seu comprovinciano.” Ver anúncio da partitura do “Hino Acadêmico” ao final desta crônica.

<sup>21</sup> O *Jornal do Commercio* (ano 75, n. 202, p. 1, col. 6) publicou, em 20 de julho de 1896, matéria intitulada “Carlos Gomes”, que trazia, entre outras, a seguinte informação: “recebemos de nosso correspondente do Pará, a seguinte carta: / ‘Ansiosamente esperado, aqui chegou o professor Johan Neumeier, que, segundo notícias telegráficas, descobriu um *serum* contra epitelomas, tendo já obtido resultados maravilhosos em diversas pessoas atacadas dessa horrível enfermidade.’” Em outro número do *Jornal do Commercio* (ano 75, n. 207, p. 1, col. 3, 25 jul. 1896), lê-se: “O Sr. Salvador de Mendonça telegrafou ao Dr. Paes de Carvalho informando que o capitão do *Orígeno*, saído de Nova York, traz sérum preparado no hospital de cancerosos daquela cidade a fim de ser experimentado no maestro.”

<sup>22</sup> Bernardo Valentim Moreira de Sá (1853-1924): músico, maestro e compositor português. A notícia da festa em sua homenagem pode ser lida na *Gazeta de Notícias* (ano XXII, n. 205, p. 2, col. 8, 24 jul. 1896).

<sup>23</sup> A notícia do falecimento do dr. Rocha Lima (médico) pode ser lida na *Gazeta de Notícias* (ano XXII, n. 203, p. 1, col. 6, 22 jul. 1896). Foi vizinho de Machado de Assis, quando residia na rua do Catete. O escritor dedicou-lhe uma das crônicas da série “Balas de estalo”, publicada na *Gazeta de Notícias* a de 5 de agosto de 1883. (Cf. MACHADO, 2021, p. 305)



Anúncio da partitura do Hino Acadêmico, de Carlos Gomes  
FONTE: *Correio Paulistano*, ano VI, n. 1022, p. 4, col. 1, 5 set. 1859.

### Lista das abreviaturas empregadas nesta edição

GN – *Gazeta de Notícias*.

SEMMA – *A Semana*, edição Mário de Alencar, 1922.

SEM1953 – *A Semana*, edição W. M. Jackson, 1953, 3v.

### Referências

ASSIS, Machado de. *A Semana*. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 207, p. 1, 26 jul. 1896. Disponível em:  
<[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730\\_03&pagfis=14611](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pagfis=14611)>.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Edição coligida por Mário de Alencar. Rio de Janeiro: Garnier, 1922.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Revisão crítica e notas de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Jackson, 1953. v. 3 (1895-1900).

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. (Org.) Aloizio Leite, Ana Lima Cecilio e Heloísa Jahn. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2008. 4v.

ASSIS, Machado de. *Machado de Assis: crítica literária e textos diversos*. Organização: Sílvia Maria Azevedo, Adriana Dusilek, Daniela Mantarro Callipo. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ASSIS, Machado de. A Semana. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/issue/view/867>>.

ASSIS, Machado de. A Semana. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 4, n. 8, jul.-dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/issue/view/993>>.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAÊRTIOS, Diôgenes. *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*. Tradução, notas e introdução de Mário da Gama Kury. 2. ed. Brasília: EdUNB, 2008.

MACHADO, Ubiratan. *Dicionário de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2021.

REZENDE, Carlos Penteado de. História do hino acadêmico. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 257-282, 1º jan. 1959. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/issue/view/5380>>.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.